

Índice

A escola concertada mobiliza-se contra a lei Celaá	1
O estranho caso chileno	2
“Cine para pensar”	3
“Solidarios”	4

A escola concertada mobiliza-se contra a lei Celaá

O setor da escola concertada, que proporciona a escolaridade a um em cada quatro alunos da Espanha, está convencido de que o projeto da LOMLOE, mais conhecida como [lei Celaá](#) (“Aceprensa”, 21.5.2020), constitui um retrocesso, porque limita a liberdade dos pais (e sobretudo dos que dispõem de menos recursos económicos) ao “teledirigir” a sua escolha escolar, e porque reduz a heterogeneidade da oferta educativa.

Não são críticas novas, mas diante da pressão do governo para avançar com a tramitação legislativa, e o pouco interesse mostrado para contar com a comunidade educativa, a plataforma Concertados – que agrupa as associações de pais, entidades patronais e sindicatos mais representativos desta rede – lançou [uma campanha](#) de mobilizações.

Na apresentação dessa iniciativa, Jesús Muñoz de Priego, especialista em direito educativo, criticou duramente o que considera uma má lei pelo momento escolhido para a sua tramitação, pelas formas de fazê-lo e, sobretudo, pelo seu conteúdo. Na sua opinião, o texto significa um grave ataque às liberdades de todas as famílias, que veem silenciadas as suas vozes no desenho do planeamento educativo, independentemente de qual for a opção que queiram escolher para os seus filhos.

Referiu-se especificamente à eliminação do termo “procura social”. Com esta menção, a anterior lei estabelecia que a von-

tade dos pais, expressa na sua intenção de matricular o seu filho numa determinada escola ou noutra, seria tida em conta. “Não era o único critério” – assinala Muñoz de Priego –, “nem sequer se destacava como principal. Mas a nova lei elimina-o totalmente, consagrando um planeamento unilateral”. Acrescenta que “isto vulnerabiliza o espírito da Constituição, que fala de um *planeamento participado*; participado pelos pais, entre outros”.

Também criticou a figura do conselheiro vinculado ao Conselho Escolar das escolas concertadas. “Percebe-se que haja um nos Conselhos das escolas públicas, porque na maioria delas o solo é propriedade do município. Mas nas concertadas não faz sentido. Só pode ser interpretado como uma espécie de comissário político, que pode acabar por limitar o desenvolvimento do ideário próprio da escola. Mas este ideário é a razão de ser das escolas de iniciativa social, e o motivo para serem financiadas com dinheiros públicos, pois graças a ele garantem a pluralidade real de oferta”.

Em termos parecidos se expressou Alfonso Aguiló, presidente da CECE (Confederación Española de Centros de Enseñanza) e autor de numerosos livros sobre educação. Numa conferência sobre a nova lei, referiu que o texto pressupõe um passo atrás na evolução do direito à educação nas sociedades democráticas.

A intervenção do Estado na educação a partir do século XVIII e, sobretudo, no XIX –comentou Aguiló– constituiu um grande avanço social: na cobertura, na qualidade do ensino e na segurança jurídica. No entanto, rapidamente se constatou a necessidade, por um lado, de não sufocar a iniciativa social que funcionava e, por outro, de limitar a capacidade do poder político para

configurar o ensino segundo a sua própria vontade. Isto implicava, em países confessionais, poder criar escolas laicas, e vice-versa.

A necessidade de limitar o poder do Estado foi percebida de forma muito mais dramática e premente após a ascensão dos totalitarismos do século XX. “O monopólio do espaço público por parte do Estado foi sempre uma característica dos regimes totalitários: partido único, sindicato único e ensino único”, salientou Aguiló. Precisamente por isso, desde essa altura que todos os tratados internacionais em matéria educativa consagram o direito dos pais a escolher a escola e a educar os seus filhos de acordo com as suas próprias convicções. Mas para que a liberdade seja real e não apenas hipotética, é necessário que exista uma pluralidade de oferta, o que exige por seu turno o direito à criação de escolas com uma identidade própria, e que se configure esta em torno de valores antropológicos ou a uma proposta estritamente educativa.

Contudo, compete igualmente ao Estado garantir que estes direitos possam ser exercidos por todos, independentemente do seu nível económico; caso contrário, seria somente uma liberdade para os ricos. Aí é que entram os acordos de concertação. Por vezes, comentou Aguiló, “as famílias com recursos, que não necessitam da ajuda do Estado, consideram o tema dos acordos de concertação como algo menor”; mas “a educação não pode ser deixada entregue às leis do mercado. Só com as leis do mercado, continuaríamos a ter uma situação de analfabetismo generalizado”.

O ensino concertado garante que o direito à educação conjuga a liberdade, o pluralismo e a equidade, os três pilares sobre os quais deve assentar qualquer sistema educativo; mas para isso deve ser suficientemente financiado. Não se pode pedir a uma instituição (seja uma ONG ou uma escola) que contribua para um fim social com base na perda de dinheiro ou de não pagar o que é justo aos seus empregados. A escola pública não tem essas perdas, porque é financiada com os impostos de todos, incluindo os que pagam as famílias que depois matriculam os seus filhos noutras escolas e, portanto, não beneficiam diretamente dessa prestação.

O Estado pode sim – e deve – exigir eficiência nos gastos e prestação de contas às escolas objeto de um acordo de concertação. A este respeito, Aguiló comentou que “poucos euros do orçamento nacional são tão controlados como os que se destinam a este objetivo”. Também pode reclamar que sejam aplicadas medidas concretas para favorecer a equidade. O setor dos acordos de concertação está aberto à discussão de quais são as mais eficazes, mas pede em troca um tratamento de igualdade em relação à rede pública nos termos do seu financiamento.

A falta de diálogo social foi a tônica geral na tramitação da lei. Um exemplo foi a votação da Comissão de Educação e Formação Profissional do Congresso, na qual, com os votos do PSOE e do Podemos, [foi rejeitada](#) a possibilidade de que diversos membros da comunidade educativa comparecessem perante

ela, da mesma forma como havia ocorrido em todas as anteriores leis educativas.

A confederação sindical USO, integrante da plataforma Concertados, insiste numa mensagem sucessivamente repetida: “No meio de uma gravíssima pandemia com efeitos que se revelaram devastadores e ainda por determinar no seu alcance final, não é a altura de fazer tramitar nenhuma lei educativa, nem de aproveitar as circunstâncias para progredir na agenda ideológica”.

Por seu lado, Begoña Ladrón de Guevara, presidente da Cofapa – Confederación de Padres y Madres de Alumnos (outra das associações de pais que participam na Concertados) destacou que a nova lei não somente limita a liberdade das famílias da rede concertada, como, ao reforçar o parâmetro da proximidade ao domicílio enquanto critério para atribuir a escola, limita igualmente a oferta dentro do setor público. Por isso, explicou que as mobilizações pretendem beneficiar todos, porque “todos têm direito a poder escolher a sua escola, seja qual for o seu tipo, e não aquela que venha a ser atribuída simplesmente pelo Estado”.

F. R.-B.

O estranho caso chileno

A pergunta que mais tenho ouvido da parte dos meus amigos estrangeiros foi: “o que aconteceu no Chile?” Até 2019, era um modelo na região. Tinha feito uma transição exemplar para a democracia; mal tinha inflação; reduziu drasticamente a pobreza e, nos últimos anos, havia recebido centenas de milhares de imigrantes (também europeus) que queriam aproveitar a bonança económica e estabilidade política para iniciar uma existência mais segura. Vou referir algumas ideias que podem ajudar a abordar um problema muito complexo.

Em outubro de 2019, houve uma ação subversiva muito bem planeada, que em 24 horas deixou inutilizadas 80 das 136 estações do metropolitano de Santiago do Chile, e queimou igrejas, supermercados e lojas, nomeadamente em bairros populares. A essa ação concertada juntou-se a delinquência comum e a ação de numerosos grupos antissistema, incluindo os “hooligans” das equipas de futebol mais populares.

Ao anterior trabalho destrutivo sobrepôs-se um massivo protesto social, que não apresenta líderes e abrange reivindicações muito diferentes e, inclusivamente, contraditórias entre si. Para alguns, trata-se das pensões, para outros, da saúde, da ecologia, dos direitos da mulher ou da má qualidade do ensino (ainda

que, segundo os parâmetros internacionais, tenha os melhores índices latino-americanos).

A questão central foi a reclamação contra os abusos e a desigualdade. Sobre ambos os temas tinham vindo a advertir desde há vários anos alguns intelectuais, tanto na esquerda como também entre conservadores e sociais-cristãos, mas não foram escutados.

O assunto não é novo. Já Alexis de Tocqueville havia advertido que o progresso nas condições de vida pode ser acompanhado por fortes tensões sociais: “A menor desigualdade revela-se chocante no meio da harmonização geral e a sua visão torna-se mais insuportável à medida que a harmonização é mais completa”. Esta descrição parece ter sido feita a propósito para o caso chileno. O sistema político foi vítima do seu próprio sucesso: cego perante as suas inegáveis realizações, não soube processar a tempo estas tensões.

Um caso particularmente ilustrativo é o sistema privado de pensões (AFP – Administradoras de Fondos de Pensiones), que foi imitado em muitos países. Quando foi concebido, em 1980, ninguém pensou que agora os chilenos teriam um nível médio de vida superior aos norte-americanos. Durante 40 anos, nenhum governo se atreveu a aumentar os descontos sociais e a idade da reforma, pelo que hoje as pessoas que se reformam têm rendimentos muito inferiores ao previsto e instala-se a decepção.

Outro exemplo de como o Chile foi vítima do seu próprio sucesso é dado pelo ensino superior. Em 1990, somente 200 000 jovens tinham acesso a ele. Vinte anos depois, esse número havia sextuplicado. No entanto, o valor simbólico de um título universitário e os rendimentos associados a ele diminuíram drasticamente. Em especial, esta deterioração afetou as novas classes médias, que se endividaram para que os seus filhos tivessem uma qualificação profissional, comprovando a seguir que os seus rendimentos se encontravam longe do esperado.

No Chile, foi esquecido que tanto a democracia representativa como a economia livre pressupõem, para o seu bom funcionamento, uma série de condições que elas não são capazes de produzir. Nas últimas décadas, houve uma crescente erosão dos vínculos comunitários: 70 % das crianças chilenas nascem fora do casamento; a adesão à Igreja Católica diminuiu fortemente e, em consequência da crise dos abusos sexuais, o seu prestígio está de rastos (em 1990, o seu grau de aprovação era de 70 %, não chegando hoje a 15 %). Além disso, as associações de moradores, os partidos políticos e os sindicatos viram muito diminuída a sua influência. Por outro lado, os chilenos que viviam em extrema pobreza, hoje habitam em casas melhores e têm água potável, mas – ao transferirem-se para outros lugares da cidade – perderam os vínculos pessoais que mantinham no seu estado de marginalização.

Tanto o comportamento do governo como o da oposição foram erráticos nesta crise. O primeiro não conteve a violência de forma decidida no exato momento em que ela se iniciou. Para

cúmulo dos seus males, a polícia não estava preparada e houve muitos casos de graves violações dos direitos humanos, devido ao uso de instrumentos inadequados de defesa. Deste modo, acabou por perder legitimidade na sua atuação em face de grupos particularmente agressivos, que atuam muitas vezes na impunidade.

A oposição mais extrema (o Partido Comunista e a Frente Ampla) viu nesta crise uma oportunidade, e foi ambígua relativamente à violência destrutiva, quando não a justificou. O centro-esquerda (os partidos sociais-democratas e a Democracia Cristã) não se atreveu a apoiar o governo nos seus esforços para estabelecer a ordem, e procurou juntar-se ao protesto social para tentar superar a profunda crise em que está mergulhado e a falta de um projeto político próprio.

O que fez a classe política perante esta situação, que a pandemia só agravou, pelas suas consequências económicas? Foi acordado realizar um plebiscito para uma nova Constituição, efetuado em 25 de outubro de 2020 e no qual 78 % dos participantes votaram a favor da substituição da atual. Esta, de 1980, havia sido imposta durante a vigência do regime do general Augusto Pinochet, ainda que tenha sido modificada de modo muito significativo.

Pode ser que o novo processo signifique uma renovação da política e abra espaço para o diálogo. Mas tudo isto depende de ser rejeitada a violência e serem contidos os excessos da esquerda parlamentar mais extrema, o que não pode ser feito sem que aconteça a colaboração de sociais-democratas e democratas-cristãos. O governo não tem conseguido este apoio, mas tem de se ver se o processo constituinte tem proporcionado motivos para tomar a iniciativa. É de estar atento à censura de Tocqueville: “Celebram a derrota do governo, mas não se apercebem que é o próprio poder que está de rastos?”

J. G.-H.

“Cine para pensar”

Autora: María Ángeles Almacellas
Digital Reasons. Madrid (2020)
290 págs.

A profunda ligação que existe entre arte e vida foi analisada por Aristóteles na “Poética”. Além de assentar as bases da narrativa na cultura ocidental, desde então sabemos que qualquer arte se baseia numa certa imitação (*mimesis*) da realidade. Esta

capacidade da arte para, através da linguagem própria de cada um, deixar-nos ver a vida como num espelho, é o que nos recorda tanto o prólogo de Ninfa Watt, como o subtítulo deste livro, que nos convida a refletir sobre a natureza humana através do cinema.

A nossa época caracteriza-se em muitos âmbitos por um excesso de filmes e séries e, como espectadores, cada vez se torna mais necessário formar o critério para discernir e tirar partido dos conteúdos. Com vocação docente e partindo do convencimento do grande potencial formativo do bom cinema, María Ángeles Almacellas proporciona-nos uma visita guiada que se fixou como objetivo ajudar a implementar um olhar profundo, aquele que possui “três qualidades de uma inteligência madura: longo alcance, amplitude e profundidade”.

A autora possui uma sólida formação humanista e optou pela abordagem antropológico-filosófica, utilizando concretamente o método lúdico-ambital do filósofo espanhol Alfonso López Quintás. A ideia inicial desta estratégia, que se resume na introdução, é que um filme constitui uma realidade aberta e reversível com a qual podemos entrar em diálogo e receber luz para a própria vida.

Este livro constitui uma continuação na linha iniciada por Almacellas noutras obras, como “Educar con el cine” (2004) e “Seguir educando con el cine” (2015). Neste caso, são 14 os filmes que escolhe da cinematografia mais recente e que cobrem uma ampla gama de temas e público. Almacellas combina os conhecimentos cinematográficos com valiosos contributos sobre a construção e o sentido do enredo.

De cada filme é fornecida a sinopse e uma ficha técnica, juntamente com uma análise relacional para “penetrar nos estratos nucleares mais profundos dos personagens e nos aspetos essenciais da vida humana”. Atendendo a estes níveis, a autora seleciona fragmentos significativos e proporciona temas para a reflexão e o diálogo. Esta parte é talvez a mais interessante, pois permite-nos ver o método em ação, refazer em nós próprios estas experiências cinematográficas e aprender com elas.

Cada capítulo pode servir para organizar um bom fórum de cinema. Contudo, o livro pode ser do gosto tanto dos amantes do bom cinema, como dos educadores em geral.

E. N. R.



“Solidarios”

Autor: Antonio Rubio
Rialp. Madrid (2021)
165 págs.

Antonio Rubio escolhe cinco personalidades de diversos países e âmbitos de atividade para mostrar como se pode ter uma vida aberta aos outros, ou “para além de si próprio”, como expressa o subtítulo. Todas elas advertem que no mundo existem angústias e necessidades, e sentiram-se interpeladas: decidiram não passar ao lado da vida.

[Svetlana Alexijevich](#), Prémio Nobel da Literatura, escutou muitas pessoas comuns e deu-lhes voz nos seus livros. António Guterres, secretário-geral da ONU, desde jovem que entrou nos ambientes de pobreza e marginalização, para seguidamente impulsionar o mesmo empenho solidário na política portuguesa e no cenário internacional. O cineasta chadiano Mahamat Saleh Haroun deu resposta aos ódios e matanças no seu país, com filmes que colocam vítimas e agressores frente a frente para concluir no perdão. Também pôs uns e outros a dialogar [Andrea Riccardi](#), o fundador da Comunidade de Santo Egidio, e que assim facilitou os acordos de paz entre forças políticas rivais de Moçambique. A congoleza [Antoinette Kankindi](#), professora de filosofia, vê na liderança feminina uma chave para o desenvolvimento de África, e promoveu uma organização para o tornar realidade.

Como era de esperar, Rubio mostra a trajetória de cada um destes solidários. Mas o que faz com que o seu livro seja diferente, muito mais agradável e interessante do que simples

biografias, são as anotações do autor. Mesmo se abrem novas questões ou se afastam do encadeamento, não se pode dizer que fiquem “à margem”, porque desde um pouco mais longe continuam a iluminar a personagem e a sua obra.

Sendo especialista em relações internacionais, como mostram as suas colaborações de muitos anos na “Aceprensa”, não estranha que Rubio ilumine com referências históricas e geopolíticas. Pode assim corroborar Riccardi, para quem a guerra é a mãe de todas as pobreza, e Alexijevich e Haroun, testemunhas de que as balas causam baixas igualmente nos espíritos.

Mas Rubio encontra, além disso, chaves de interpretação no cinema, que não aparecem apenas no capítulo dedicado a Haroun. Rubio descobre aos leitores o valor de filmes não exatamente comerciais, todos de autor, que ajudam a entender os protagonistas do livro. São títulos que veem a história e o mundo com os olhos dos que sofrem. É revelador que narrativas centradas em vidas singulares tenham tanta consonância com as ideias e trabalhos dos cinco solidários. Talvez isso indique o que antes de tudo os distingue: que olham para as pessoas.

R. S.

